

Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial

2018

Banco
PAN

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		10.929.384	11.941.659
Disponibilidades	5	19.706	10.713
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	3.897	1.032.983
Aplicações no mercado aberto		-	1.017.242
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.897	15.741
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	358.162	346.611
Carteira própria	7.a	216.624	166.994
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	113.400	164.612
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	27.363	14.232
Vinculados a prestação de garantias	7.a	775	773
Relações interfinanceiras		4.493	26.484
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		549	1.299
Correspondentes no País		3.944	25.185
Operações de crédito	8	7.912.848	7.582.563
Operações de crédito - setor privado		8.795.475	8.414.167
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(882.627)	(831.604)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	176
Operações de arrendamento a receber		29	222
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(29)	(46)
Outros créditos		2.254.825	2.559.917
Carteira de câmbio	9.a	38.858	68.169
Rendas a receber		4.416	5.155
Negociação e intermediação de valores		2.474	2.700
Recebíveis imobiliários	10	5.161	9.852
Títulos e créditos a receber	8 e 11	835.472	844.269
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(106.450)	(71.467)
Diversos	11	1.474.894	1.701.239
Outros valores e bens		375.453	382.212
Outros valores e bens	12.a	403.833	410.836
(Provisão para desvalorização)	12.a	(54.925)	(68.244)
Despesas antecipadas	12.b	26.545	39.620
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		15.820.073	13.417.511
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.624.594	1.293.930
Carteira própria	7.a	997.016	121.314
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	155.777	906.822
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	251.795	157.135
Vinculados à prestação de garantias	7.a	220.006	108.659
Operações de crédito	8	10.344.899	8.806.221
Operações de crédito - setor privado		10.663.658	9.107.530
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(318.759)	(301.309)
Outros créditos		3.772.908	3.194.670
Créditos específicos		1.023	809
Recebíveis imobiliários	10	1.806	4.155
Títulos e créditos a receber	8 e 11	79.216	72.550
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(23.788)	(16.956)
Diversos	11	3.714.651	3.134.112
Outros valores e bens		77.672	122.690
Despesas antecipadas	12.b	77.672	122.690
PERMANENTE		582.240	547.228
Investimentos		385.462	367.196
Participações em controladas	13.a	384.318	366.817
Outros investimentos	13.b	1.144	379
Imobilizado de uso	14	24.093	27.690
Outras imobilizações de uso		70.991	69.249
(Depreciações acumuladas)		(46.898)	(41.559)
Intangível	15	172.685	152.342
Ativos intangíveis		435.540	374.166
(Amortizações acumuladas)		(262.855)	(221.824)
TOTAL DO ATIVO		27.331.697	25.906.398

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		14.050.749	15.115.008
Depósitos	16.a	10.501.470	9.331.952
Depósitos à vista		17.330	25.439
Depósitos interfinanceiros		7.429.710	8.697.973
Depósitos a prazo		3.054.430	608.540
Captações no mercado aberto	16.b	162.094	1.493.292
Carteira própria		162.094	976.236
Carteira de terceiros		-	517.056
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	621.507	1.547.944
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		621.507	1.547.944
Relações interfinanceiras	17	728.628	851.219
Recebimentos de pagamentos a liquidar		615.912	654.035
Correspondentes no País		112.716	197.184
Relações interdependências		14	4.509
Recursos em trânsito de terceiros		14	4.509
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	91.760	73.129
Instrumentos financeiros derivativos		91.760	73.129
Outras obrigações		1.945.276	1.812.963
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.921	6.761
Sociais e estatutárias		136.232	120.442
Fiscais e previdenciárias	21.a	53.039	47.661
Negociação e intermediação de valores		7.336	5.923
Dívidas subordinadas	19	208.154	93.275
Diversas	21.b	1.535.594	1.538.901
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		9.185.012	7.235.474
Depósitos	16.a	6.226.766	4.414.224
Depósitos interfinanceiros		33.728	32.175
Depósitos a prazo		6.193.038	4.382.049
Captações no mercado aberto	16.b	98.093	98.195
Carteira própria		98.093	98.195
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	628.454	701.611
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		628.454	701.611
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	83.361	129.514
Instrumentos financeiros derivativos		83.361	129.514
Outras obrigações		2.148.338	1.891.930
Fiscais e previdenciárias	21.a	78.728	78.411
Dívidas subordinadas	19	1.769.978	1.681.720
Diversas	21.b	299.632	131.799
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		17	92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.095.919	3.555.824
Capital social:	22	3.653.410	3.460.732
De domiciliados no País		3.290.152	3.065.825
De domiciliados no Exterior		363.258	394.907
Reserva de capital		207.322	-
Reserva de lucros		243.295	108.495
Ajustes de avaliação patrimonial		(8.108)	(13.403)
TOTAL DO PASSIVO		27.331.697	25.906.398

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2018 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.494.783	7.074.824	7.745.530
Rendas de operações de crédito	8.g	3.543.410	6.892.720	7.772.596
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	79	259	947
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	89.763	167.768	259.095
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(141.372)	27	(305.649)
Resultado de operação de câmbio	9.b	1.239	12.386	18.541
Resultado das aplicações compulsórias		1.664	1.664	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.526.643)	(3.166.752)	(3.532.168)
Operações de captação no mercado	16.d	(989.847)	(2.026.347)	(2.410.847)
Operações de empréstimos e repasses	18	-	-	(1.509)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(536.796)	(1.140.405)	(1.119.812)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.968.140	3.908.072	4.213.362
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.711.567)	(3.437.923)	(4.121.059)
Receitas de prestação de serviços	23	198.543	377.558	403.236
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	(2.680)	15.992	14.405
Despesas de pessoal	24	(209.613)	(415.524)	(463.386)
Outras despesas administrativas	25	(869.596)	(1.760.789)	(2.082.773)
Despesas tributárias	26	(84.968)	(168.752)	(217.442)
Outras receitas operacionais	27.a	214.511	321.156	261.586
Outras despesas operacionais	27.b	(957.764)	(1.807.564)	(2.036.685)
RESULTADO OPERACIONAL		256.573	470.149	92.303
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(16.563)	(21.484)	152.206
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		240.010	448.665	244.509
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	(117.259)	(227.150)	(31.903)
Provisão para imposto de renda		(3.079)	(7.954)	1.089
Provisão para contribuição social		(2.819)	(6.841)	382
Ativo fiscal diferido		(111.361)	(212.355)	(33.374)
LUCRO LÍQUIDO		122.751	221.515	212.606
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	22.d	48.081	86.715	69.800
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$				
(Representado por 1.141.806.121 ações em 31/12/2018 e 929.040.163 ações em 31/12/2017)		0,11		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2018 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
Aumento de Capital (Nota 22.b)	400.000	-	-	-	-	-	400.000
Capital a Integralizar (Nota 22.b)	(400.000)	-	-	-	-	-	(400.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	856	-	856
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	212.606	212.606
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.c)	-	-	8.915	-	-	(8.915)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.c)	-	-	-	99.580	-	(99.580)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(69.800)	(69.800)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
Aumento de Capital (Nota 22.b)	192.678	207.322	-	-	-	-	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.295	-	5.295
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	221.515	221.515
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22)	-	-	11.076	-	-	(11.076)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.c)	-	-	-	123.724	-	(123.724)	-
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(86.715)	(86.715)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	3.653.410	207.322	8.915	99.580	(12.979)	60.130	4.016.378
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	4.871	-	4.871
Lucro Líquido do 2º Semestre	-	-	-	-	-	122.751	122.751
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.b)	-	-	11.076	-	-	(11.076)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.c)	-	-	-	123.724	-	(123.724)	-
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(48.081)	(48.081)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA****PARA O 2º SEMESTRE DE 2018 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO	122.751	221.515	212.606
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	12.159	26.644	32.379
Amortização de ágio	12.164	24.327	24.327
Constituição de provisão para contingências	178.531	289.730	504.734
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(13.911)	(19.511)	(17.003)
Perda/(Ganho) na venda de bens não de uso próprio	21.905	31.327	8.790
Perda por <i>impairment</i>	8.922	10.035	39.417
Equivalência patrimonial	2.680	(15.992)	(14.405)
(Ganho) na venda de investimento	-	-	(183.384)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	536.796	1.140.405	1.119.812
nossa é m	111.361	212.355	33.374
Resultado líquido ajustado	993.358	1.920.835	1.760.647
Varição de Ativos e Passivos:			
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	614.305	873.374	95.112
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(486.583)	(413.370)	82.761
Redução/(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	69.194	(135.313)	46.915
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(12.968)	(100.600)	37.742
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(1.786.105)	(3.009.368)	(654.991)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	176	894
(Aumento)/Redução em outros créditos	(262.271)	(485.041)	416.321
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(91.016)	(153.844)	7.198
Aumento/(Redução) em depósitos	1.433.333	2.982.060	(672.713)
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(635.981)	(1.331.300)	(433.137)
(Redução)/Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	481.098	97.715	190.140
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(83.217)	322.923	(336.745)
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(574)	(4.495)	(2.276)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(26)	(75)	(702)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(25.071)	(30.935)	(6.485)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	207.476	532.742	530.681
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de bens não de uso próprio	100.412	185.331	128.915
Alienação de investimentos	-	-	229.000
Aumento de Investimentos	(765)	(765)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(2.305)	(6.644)	(1.938)
Aumento de intangível	(36.824)	(63.094)	(18.381)
(Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(570.541)	(570.541)	(1.078.292)
Redução de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	810.628	810.628	860.652
(Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(402.555)	(402.555)	-
Redução de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	345.200	345.200	714.924
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	243.250	297.560	834.880
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	693.498	693.498	1.275.387
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	(1.379.151)	(1.790.807)	(2.371.680)
Resgate de dívidas subordinadas	(143.948)	(209.912)	(122.350)
Aumento de capital	-	400.000	-
Juros sobre o capital próprio pagos	(69.800)	(69.800)	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(899.401)	(977.021)	(1.218.643)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(448.675)	(146.719)	146.918
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (Nota 5)	468.381	166.425	19.507
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (Nota 5)	19.706	19.706	166.425
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos	(835.556)	(1.936.168)	(3.106.514)
Juros recebidos	3.467.029	7.513.043	7.816.458
Transferência de ativos não de uso próprio	(840)	(2.006)	(8.633)
Ganhos/(Perdas) não realizados em títulos disponíveis para venda	7.380	7.993	1.515

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (Banco, PAN ou Instituição), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 31/12/2018:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	395.396.081	60,10	182.266.325	37,60	577.662.406	50,60
Caixa Participações S.A.	262.164.546	39,90	112.732.358	23,30	374.896.904	32,80
Mercado	8	-	189.246.803	39,10	189.246.811	16,60
Total	657.560.635	100,00	484.245.486	100,00	1.141.806.121	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

5. CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, referentes ao exercício findo em 31/12/2018, foram aprovadas pela Diretoria em 27/02/2019.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2018	31/12/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	-

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pró rata*” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 20% (elevação da alíquota de 15% para 20% com base na Lei nº 13.169, de 06/10/2015, para o período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018) e para as demais empresas alíquota de 9%.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pró rata” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma

ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e

- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**a) Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	10.892.961	38.852	34.345	(36.774)	10.929.384
Realizável a longo prazo	15.758.361	30.752	189.484	(158.524)	15.820.073
Permanente	843.226	257	1.424	(262.667)	582.240
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	(457.965)	27.331.697
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	(410.194)	25.906.398

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	14.064.962	10.895	11.666	(36.774)	14.050.749
Exigível a longo prazo	9.333.650	9.014	872	(158.524)	9.185.012
Resultado de exercícios futuros	17	-	-	-	17
Patrimônio líquido	4.095.919	49.952	212.715	(262.667)	4.095.919
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	(457.965)	27.331.697
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	(410.194)	25.906.398

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (5)	Total
Receitas da intermediação financeira	7.075.594	3.059	7.396	(11.225)	7.074.824
Despesas da intermediação financeira	(3.177.977)	-	-	11.225	(3.166.752)
Resultado bruto	3.897.617	3.059	7.396	-	3.908.072
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.430.448)	4.688	(6.202)	(5.961)	(3.437.923)
Resultado não operacional	(21.498)	-	13	-	(21.484)
Provisão para IR e CSLL	(224.156)	(2.618)	(376)	-	(227.150)
Resultado Líquido em 31/12/2018	221.515	5.129	831	(5.961)	221.515
Resultado Líquido em 31/12/2017	212.606	2.556	(2.706)	150	212.606

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) A empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017);

(3) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades em moeda nacional	3.645	4.447
Disponibilidades em moeda estrangeira	16.061	6.266
Subtotal (caixa)	19.706	10.713
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	155.712
Total	19.706	166.425

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos:**

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada	-	-	-	-	-	-	504.764
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	695
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	504.069
Posição Financiada	-	-	-	-	-	-	512.478
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	512.478
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	3.897	-	-	3.897	15.741
Total em 31/12/2018	-	-	3.897	-	-	3.897	-
Total em 31/12/2017	1.024.502	-	6.536	1.945	-	-	1.032.983

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	65.448	66.782
Posição bancada	58.357	27.856
Posição financiada	6.805	36.969
Posição vendida	286	1.957
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	888	9.900
Total (Nota 7h)	66.336	76.682

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Composição da carteira:**

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2018 e em 31/12/2017, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários	1.703.598	1.469.174
Carteira própria:	1.213.640	288.308
Certificado de Depósito Bancário – CDB	428	403
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	22.854
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	621.156	97.698
Letras do Tesouro Nacional – LTN	200.450	96.338
Notas do Tesouro Nacional – NTN	391.264	70.673
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	342
Vinculados a compromisso de recompra:	269.177	1.071.434
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	112.407	676.162
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	201.873
Notas do Tesouro Nacional – NTN	156.770	193.399
Vinculados à prestação de garantias:	220.781	109.432
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	218.395	107.226
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.386	2.206
Instrumentos financeiros derivativos:	279.158	171.367
Diferenciais a receber de “swap”	275.298	171.366
Opções	3.860	1
Total	1.982.756	1.640.541

b) Composição por categorias e prazos Individual e Consolidado:

	31/12/2018								31/12/2017	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:	-	1.712	18.445	105.809	275.259	401.225	400.134	1.091	50.757	591
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	18.445	1.472	273.931	293.848	293.837	11	27.486	23
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	586	-	-	-	586	579	7	21.608	567
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	1.126	-	104.337	1.328	106.791	105.718	1.073	1.663	1
Títulos disponíveis para venda:	-	1.202	566.744	92.978	4	660.928	660.822	106	879.103	38
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	565.132	92.978	-	658.110	658.025	85	853.599	265
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	4	4	4	-	40	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.202	1.612	-	-	2.814	2.793	21	2.610	1
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	22.854	(228)
Títulos mantidos até o vencimento:	342	327.543	261.720	51.840	-	641.445	641.445	-	539.314	-
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	199.864	-	-	-	199.864	199.864	-	276.603	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	127.679	261.720	51.840	-	441.239	441.239	-	262.369	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	330.457	846.909	250.627	275.263	1.703.598	1.702.401	1.197	1.469.174	629

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 8.502 (31/12/2017 – superior em R\$ 15.565); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	6.015.567	279.158	281.148	(1.990)	18.090.441	171.367	162.086	9.281
Swap	4.096.404	275.298	279.127	(3.829)	5.700.441	171.366	161.886	9.480
Opções a exercer	1.919.163	3.860	2.021	1.839	12.390.000	1	200	(199)
Posição passiva:	6.012.954	(175.121)	(126.221)	(48.900)	18.085.441	(202.643)	(133.359)	(69.284)
Swap	4.096.404	(172.218)	(124.963)	(47.255)	5.700.441	(202.642)	(133.309)	(69.333)
Opções Lançadas	1.916.550	(2.903)	(1.258)	(1.645)	12.385.000	(1)	(50)	49
Subtotal	-	104.037	154.927	(50.890)	-	(31.276)	28.727	(60.003)
Contratos futuros	-	967	967	-	-	240	240	-
Posição ativa	12.498.311	2.474	2.474	-	13.604.787	2.700	2.700	-
Posição passiva	12.498.311	(1.507)	(1.507)	-	13.604.787	(2.460)	(2.460)	-
Total		105.004	155.894	(50.890)		(31.036)	28.967	(60.003)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Swap	328.538	-	565.377	626.324	2.576.165	4.096.404	5.700.441
Dólar x CDI	-	-	51.373	49.466	1.027.823	1.128.662	1.113.477
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.137	1.137	1.705
CDI x Pré	304.107	-	514.004	576.858	1.547.205	2.942.174	4.564.621
Pré x Dólar	24.431	-	-	-	-	24.431	20.638
Opções	3.699.500	136.213	-	-	-	3.835.713	24.775.000
Compras Opções	1.850.100	69.063	-	-	-	1.919.163	12.390.000
Vendas Opções	1.849.400	67.150	-	-	-	1.916.550	12.385.000
Contratos futuros	1.105.052	24.241	179.583	3.838.698	7.350.738	12.498.312	13.604.787
DDI	7.746	-	19.103	1.902	149.088	177.839	227.153
DI	1.092.462	-	160.480	3.836.796	7.201.650	12.291.388	13.346.140
Dólar	4.844	24.241	-	-	-	29.085	31.494
Total	5.133.090	160.454	744.960	4.465.022	9.926.903	20.430.428	44.080.228

e) Local de negociação e contrapartes:

	31/12/2018	31/12/2017
CETIP (balcão)	4.096.404	5.700.441
B3 S.A. (bolsa)	16.334.024	38.379.787
Total	20.430.428	44.080.228

Contrapartes: Em 31/12/2018 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 79,95% (85,14%), Instituições Financeiras 19,93% (14,70%), e outros 0,12% (0,16%).

f) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.717.544	2.460.546
Swap - Dólar (1)	1.909.407	1.766.600
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	808.137	693.946
Posição Passiva	(6.199.812)	(9.189.705)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	(399.926)	(1.161.696)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(5.799.886)	(8.028.009)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	5.988.784	6.936.653
Operações de Crédito (3)	5.988.784	6.936.653
Posição Passiva	(2.588.584)	(2.269.978)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.790.563)	(1.585.191)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(798.021)	(684.787)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2018		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	967.166	(816.935)	150.231
Opções	3.950	(4.152)	(202)
Futuro	1.930.289	(2.080.291)	(150.002)
Total em 31/12/2018	2.901.405	(2.901.378)	27
Total em 31/12/2017	1.896.490	(2.202.139)	(305.649)

h) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de renda fixa	101.432	182.413
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	66.336	76.682
Total	167.768	259.095

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Consignado (1)	8.276.322	40,82	6.978.491	37,99
Veículos (1)	6.979.927	34,42	5.904.742	32,15
Financiamento cartões de crédito (2)	1.702.804	8,41	1.561.446	8,51
Conta garantida	747.020	3,68	547.716	2,98
Empréstimos com garantia imobiliária	429.784	2,12	527.441	2,87
Capital de giro	320.166	1,57	846.915	4,61
Créditos vinculados à cessão (3)	305.115	1,49	159.643	0,87
Financiamentos habitacionais	269.740	1,33	355.679	1,93
Financiamentos à exportação	156.619	0,77	328.497	1,79
Renegociações	96.722	0,48	97.601	0,52
Empreendimentos imobiliários	45.643	0,23	73.371	0,41
Crédito pessoal (1)	68	-	1.384	0,01
Operações de arrendamento mercantil (4)	29	-	222	-
Total das operações de crédito	19.329.959	95,32	17.383.148	94,64
Outros créditos (5)	914.688	4,51	916.819	4,99
ACC e rendas a receber (6)	33.966	0,17	67.143	0,37
Subtotal	20.278.613	100,00	18.367.110	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	129.203	-	138.771	-
Total	20.407.816	-	18.505.881	-

(1) Contemplam contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios (Nota 8fII);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Níveis de risco											
Operações em curso anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2018	Total em 31/12/2017
Parcelas Vincendas	-	1.131.844	459.388	405.004	189.931	118.241	75.921	54.710	317.935	2.752.974	2.513.066
01 a 30	-	50.811	20.907	19.663	8.526	5.043	5.466	2.546	14.838	127.800	112.001
31 a 60	-	45.827	21.066	19.670	8.628	5.117	3.610	2.550	14.972	121.440	109.158
61 a 90	-	44.493	18.744	16.659	8.179	4.561	3.294	2.322	13.930	112.182	105.785
91 a 180	-	121.031	55.152	48.730	25.090	13.038	9.017	6.553	38.124	316.735	286.932
181 a 365	-	209.912	92.127	78.260	44.747	23.346	15.753	11.276	63.604	539.025	487.424
Acima de 365	-	659.770	251.392	222.022	94.761	67.136	38.781	29.463	172.467	1.535.792	1.411.766
Parcelas Vencidas	-	71.078	96.097	60.605	161.053	108.933	151.767	139.502	456.866	1.245.901	1.136.397
01 a 14	-	62.133	4.823	9.760	7.084	2.640	1.711	1.112	5.198	94.461	99.415
15 a 30	-	8.945	85.805	8.691	3.633	22.048	1.701	1.407	10.037	142.267	100.747
31 a 60	-	-	5.469	36.554	49.957	9.545	47.653	2.579	19.729	171.486	122.499
61 a 90	-	-	-	4.184	92.115	16.557	4.343	2.597	14.919	134.715	77.453
91 a 180	-	-	-	1.416	4.181	39.841	45.042	35.845	47.566	173.891	238.284
181 a 365	-	-	-	-	-	11.633	2.757	3.082	290.017	307.489	267.142
Acima 365	-	-	-	-	4.083	6.669	48.560	92.880	69.400	221.592	230.857
Subtotal	-	1.202.922	555.485	465.609	350.984	227.174	227.688	194.212	774.801	3.998.875	3.649.463
Provisão Requerida	-	6.015	5.555	13.968	35.098	68.152	113.844	135.949	774.801	1.153.382	1.018.669

	Níveis de risco											
	Operações em curso normal										Total em 31/12/2018	Total em 31/12/2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	983	15.896.762	147.724	49.554	25.040	50.725	51.297	17.330	40.323	16.279.738	14.717.647	
01 a 30	983	2.053.048	9.623	5.903	1.377	356	33.024	261	3.640	2.108.215	2.038.401	
31 a 60	-	585.333	5.118	1.859	4.334	1.242	316	229	1.265	599.696	640.603	
61 a 90	-	522.218	8.030	1.408	824	285	3.907	168	1.479	538.319	515.529	
91 a 180	-	1.389.445	33.601	6.077	3.372	4.079	3.125	498	2.122	1.442.319	1.474.691	
181 a 365	-	2.292.742	38.834	6.889	8.097	15.656	5.134	9.334	7.421	2.384.107	2.280.109	
Acima de 365	-	9.053.976	52.518	27.418	7.036	29.107	5.791	6.840	24.396	9.207.082	7.768.314	
Subtotal	983	15.896.762	147.724	49.554	25.040	50.725	51.297	17.330	40.323	16.279.738	14.717.647	
Provisão Requerida	-	79.483	1.477	1.487	2.504	15.218	25.648	12.131	40.323	178.271	202.712	
Total (1)	983	17.099.684	703.209	515.163	376.024	277.899	278.985	211.542	815.124	20.278.613	18.367.110	
Total Provisão	-	85.498	7.032	15.455	37.602	83.370	139.492	148.080	815.124	1.331.653	1.221.382	

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do início do exercício	1.266.084	1.248.715
Constituição/reversão de provisão	1.140.405	1.119.812
Baixas contra a provisão	(973.905)	(1.102.443)
Saldo do fim do exercício	1.432.584	1.266.084
Créditos recuperados (2)	236.545	265.204
Efeito no resultado (3)	(894.802)	(847.853)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11);

(2) No exercício findo em 31/12/2018, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 236.545 (sendo R\$ 236.287 de recuperação de crédito do Banco PAN e R\$ 258 de recuperação de operação de arrendamento mercantil); e

(3) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	18.558.064	91,52	15.924.109	86,71
Serviços	1.265.701	6,24	1.625.393	8,84
Construção e Incorporação	537.034	2,64	906.967	4,94
Outros Serviços	434.805	2,14	411.313	2,22
Financeiros	195.852	0,97	141.823	0,77
Transporte e Logística	46.537	0,23	98.995	0,54
Utilitários	44.225	0,22	37.162	0,21
Mídia, TI e Telecom	4.777	0,02	4.792	0,03
Locação de Veículos	2.323	0,01	18.591	0,11
Saúde, Segurança e Educação	148	0,01	5.750	0,02
Comércio	289.530	1,42	385.709	2,11
Atacado e Varejo	289.530	1,42	385.709	2,11
Indústrias de Base	90.873	0,45	191.814	1,03
Papel e Celulose	32.384	0,16	64.942	0,35
Outras Indústrias	23.798	0,12	84.821	0,46
Têxtil	15.366	0,08	20.599	0,11
Autopeças	12.072	0,05	12.072	0,06
Indústria Química	7.253	0,04	9.380	0,05
Agroindústria	74.445	0,37	240.085	1,31
Açúcar e Etanol	42.846	0,21	118.589	0,65
Agronegócio e Proteína Animal	31.599	0,16	121.496	0,66
Total (1)	20.278.613	100,00	18.367.110	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a)

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	431.785	2,13	400.087	2,18
50 seguintes maiores devedores	723.978	3,57	874.191	4,76
100 seguintes maiores devedores	389.057	1,92	682.770	3,72
Demais devedores	18.733.793	92,38	16.410.062	89,34
Total	20.278.613	100,00	18.367.110	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:**I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:**

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	-	-	-	922.651	592.687	329.964
Empréstimos em cosignação	7.014.441	4.831.377	2.183.064	9.848.957	7.145.059	2.703.898
Total (Nota 8g)	7.014.441	4.831.377	2.183.064	10.771.608	7.737.746	3.033.862

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito"

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:**Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08**

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 305.115, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 159.643 em 31/12/2017), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 416.401 (R\$ 204.360 em 31/12/2017) (Nota 21b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	2.183.064	3.033.862
Consignado	1.812.209	1.839.792
Veículos	1.607.280	1.452.798
Cartão de crédito	720.069	691.541
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	236.545	265.204
Capital de giro/Conta Garantida	151.478	269.803
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	86.869	76.051
Financiamento à exportação	64.762	112.640
Renegociações	21.292	17.616
Habitacionais	15.221	33.170
Rendas de empreendimentos imobiliários	3.238	4.459
Crédito pessoal	189	2.166
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	9	437
Outras	322	506
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (1)	(9.568)	(26.502)
Total	6.892.979	7.773.543

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado, veículos e crédito pessoal.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO**a) Saldos patrimoniais:**

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	27.802	57.474
Rendas a receber	11.056	10.695
Total do Ativo	38.858	68.169
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	22.910	56.448
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(22.910)	(56.448)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de financiamento à exportação	49.721	123.521
Variação Cambial	(37.335)	(104.980)
Total	12.386	18.541

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2018	31/12/2017
Tranches 95 e 96 (1)(2)	01/05/2023	TR	8,65	-	4.010
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	6.967	9.997
Total				6.967	14.007

(1) As referidas tranches foram securitizadas; e

(2) Em outubro de 2018, devido a encerramento da série 95, a Brazilian Securities passou a não responder por eventual insuficiência de recursos para liquidação financeira deste CRI. A série 96 foi reclassificada para o patrimônio separado da Companhia.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários (Nota 32b)	2.906.220	3.119.236
Valores a receber por cessão de créditos	1.652.817	916.550
Títulos e créditos a receber (1)	914.688	916.819
Depósitos judiciais e fiscais	227.304	279.603
Impostos e contribuições a compensar	260.485	234.508
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	43.126	108.460
Valores a receber de sociedades ligadas	11.695	41.034
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	8.650	12.249
Benefício residual em operações securitizadas (3)	7.796	11.214
Adiantamentos e antecipações salariais	1.120	1.297
Outros (4)	70.332	111.200
Total	6.104.233	5.752.170

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 669.608 (R\$ 676.792 em 31/12/2017). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 244.097 no Banco e R\$ 245.080 no Consolidado (R\$ 233.960 no Banco e R\$ 240.027 no Consolidado em 31/12/2017);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2018 é de R\$ 89.756 (R\$ 43.084 em 31/12/2017) (Nota 8c);

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(4) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 11.175 (R\$ 1.618 em 31/12/2017) (Nota 8c).

12) OUTROS VALORES E BENS**a) Bens não de uso próprio e outros:**

Valor Residual	Custo	Provisão para perdas	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de uso próprio	403.552	(54.926)	348.626	342.279
Imóveis	365.414	(44.127)	321.287	319.618
Veículos	38.138	(10.799)	27.339	22.661
Outros bens	282	-	282	313
Total	403.834	(54.926)	348.908	342.592

b) Despesas antecipadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	94.393	148.072
Gastos na emissão de títulos no Exterior	1.897	3.415
Outras	7.927	10.823
Total	104.217	162.310

13) INVESTIMENTOS**a) Controladas:**

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)	
											Exercício findo em	
			ON	PN	Cotas	%	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (1)	107.662	170.993	0,2	0,5	-	100,00	12.544	170.993	160.422	12.544	11.459	
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (1)	179.864	213.325	-	-	179.864	100,00	3.448	213.325	206.395	3.448	5.940	
Stone Pagamentos S.A. (2)(3)(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.994)	
Total								384.318	366.817	15.992	14.405	

(1) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(2) Empresa auditada por outro auditor independente;

(3) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000 (Nota 33g);

(4) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 e homologado pelo BACEN em 16/11/2017; e

b) Outros Investimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	765	-
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.144	379

14) IMOBILIZADO**a) Os ativos imobilizados são compostos por:**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2018	31/12/2017
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	41.303	(26.898)	14.405	19.965
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.782	(891)	891	807
Sistemas de processamento de dados	20%	27.906	(19.109)	8.797	6.918
Total em 31/12/2018		70.991	(46.898)	24.093	-
Total em 31/12/2017		69.249	(41.559)	-	27.690

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690
Aquisições	544	315	5.785	6.644
Baixas	(1.334)	-	(137)	(1.471)
Depreciação	(4.770)	(231)	(3.769)	(8.770)
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093

15) INTANGÍVEL

No exercício encerrado em 31/12/2018, foram amortizados ágios no montante de R\$ 24.327 (Nota 27b).

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2018	31/12/2017
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	192.272	(106.758)	85.514	40.844
Ágio	10%	243.268	(156.097)	87.171	111.498
Total em 31/12/2018		435.540	(262.855)	172.685	-
Total em 31/12/2017		374.166	(221.824)	-	152.342

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	40.844	111.498	152.342
Adições	63.094	-	63.094
Baixas	(550)	-	(550)
Amortização	(17.874)	(24.327)	(42.201)
Saldo em 31/12/2018	85.514	87.171	172.685

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Depósitos:**

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à vista (1)	17.330	-	-	-	-	17.330	25.439
Depósitos interfinanceiros	7.215.628	204.664	4.063	5.355	33.728	7.463.438	8.730.148
Depósitos a prazo (2)	145.925	504.796	671.846	1.731.863	6.193.038	9.247.468	4.990.589
Total em 31/12/2018	7.378.883	709.460	675.909	1.737.218	6.226.766	16.728.236	-
Total em 31/12/2017	8.371.888	533.828	144.418	281.818	4.414.224	-	13.746.176

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).**b) Captações no mercado aberto:**

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Carteira Própria	162.094	-	-	-	98.093	260.187	1.074.431
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	201.059
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.996	-	-	-	98.093	103.089	677.206
Notas do Tesouro Nacional – NTN	157.098	-	-	-	-	157.098	196.166
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	-	-	517.056
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	517.056
Total em 31/12/2018	162.094	-	-	-	98.093	260.187	-
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	98.195	-	1.591.487

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	-	-	-	4.214
Letras Financeiras – LF	152.920	395	1.151	7.271	566.069	727.806	812.593
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	-	26	-	3.904	2.393	6.323	103.631
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	24.145	50.710	49.802	331.183	59.992	515.832	1.329.117
Total em 31/12/2018	177.065	51.131	50.953	342.358	628.454	1.249.961	-
Total em 31/12/2017	118.583	539.663	380.766	508.932	701.611	-	2.249.555

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos a prazo	910.555	617.446
Depósitos interfinanceiros	544.435	1.191.234
Variação cambial	258.910	22.337
Títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas	162.342	140.244
Letras de crédito imobiliário	55.076	138.729
Letras financeiras	60.800	104.665
Operações compromissadas	37.923	140.625
Créditos cedidos com retenção de risco	39.791	43.243
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	10.597	8.343
Letras de crédito do agronegócio	3.552	18.324
Captações no Exterior – Dívida subordinada	(57.634)	(14.343)
Total	2.026.347	2.410.847

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Recebimentos e pagamentos a liquidar	615.912	654.035
Correspondentes no País (1)	112.716	197.184
Total	728.628	851.219

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Até out/17 a empresa Brazilian Securities possuía uma operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tal operação era objeto de *hedge* contábil. No exercício findo em 31/12/2017 essa operação gerou uma despesa de juros de R\$ (3.169) juntamente com uma receita de variação cambial de R\$ 1.660.

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.790.563	1.585.191
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	-	19.152
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	186.757	169.895
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	812	757
Total					1.978.132	1.774.995

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 57.634 no exercício findo em 31/12/2018 (receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 e liquidadas em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. Para os casos em fase de conhecimento, a provisão é constituída com base em índice histórico de perda dos processos pagos nos últimos 12 meses. Os processos com decisão judicial desfavorável são liquidados e provisionados de acordo com a respectiva fase processual.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	290.594	294.872
Processos trabalhistas	282.387	367.949
Processos tributários	27.341	23.178
Total (Nota 21b)	600.322	685.999

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	294.872	367.949	23.178	685.999
Baixas/Correção	(154.636)	(220.676)	(95)	(375.407)
Constituições líquidas de reversões	150.358	135.114	4.258	289.730
Saldo em 31/12/2018	290.594	282.387	27.341	600.322

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. Julgado o Recurso Voluntário, aguarda-se abertura de prazo para oposição dos embargos de declaração e intimação de eventual Recurso Especial da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação dos recursos de apelação e contrarrazões à apelação da Municipalidade.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil, com exceção do processo de natureza previdenciária, que foi julgado improcedente e, face a tal decisão, foi apresentado Recurso Voluntário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a recolher	12.523	11.449
Impostos e contribuições sobre salários	12.178	13.483
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	13.506	6.096
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.136	6.053
PIS a recolher	2.044	1.869
ISS a recolher	1.520	1.330
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	459	3.405
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	82.401	82.387
Total	131.767	126.072

b) Diversas:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para pagamentos a efetuar	600.451	580.798
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	600.322	685.999
Cessão com retenção de riscos (1)	416.401	204.360
Arrecadação de cobrança	131.355	122.177
Operações com cartão de crédito	27.682	17.961
Valores a pagar a sociedades ligadas	6.092	16.279
Valores específicos de consórcio	9.283	7.831
Outros	43.640	35.295
Total	1.835.226	1.670.700

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f - II).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.653.410 em 31/12/2018 e R\$ 3.460.732 em 31/12/2017. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ordinárias	657.560.635	535.029.747
Preferenciais	484.245.486	394.010.416
Total	1.141.806.121	929.040.163

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

O BACEN aprovou em 18/04/2018 (publicado no Diário Oficial em 20/04/2018) o aumento de capital em ON e PN homologado em 07/02/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, tal aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

Quantidade de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 31/12/2017	535.029.747	394.010.416	929.040.163
Aumento de Capital	122.530.888	90.235.070	212.765.958
Após o aumento de capital	657.560.635	484.245.486	1.141.806.121

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33h.

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio.

	31/12/2018	% (1)	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido antes da reserva legal	221.515		212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	-		(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	221.515		178.295	
(-) Reserva Legal	(11.076)		(8.915)	
Base de cálculo	210.439		169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	86.715	41,2%	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(13.007)		(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	73.708	35,0%	59.330	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito	167.949	175.236
Rendas de cartão	122.459	122.070
Rendas de intermediação de negócios	46.224	69.857
Administração de consórcios	28.907	24.188
Outras	12.019	11.885
Total	377.558	403.236

24) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2018	31/12/2017
Proventos	261.690	284.454
Encargos sociais	75.290	87.469
Benefícios	62.611	66.890
Honorários (Nota 29b)	12.648	21.260
Outros	3.285	3.313
Total	415.524	463.386

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2018	31/12/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	919.633	1.117.353
Serviços de terceiros	238.257	309.042
Processamento de dados	175.341	172.508
Serviços do sistema financeiro	128.570	161.577
Comunicações	47.215	44.176
Aluguéis	41.055	45.287
Despesas com busca e apreensão de bens	30.066	39.534
Depreciação e amortização	26.644	32.379
Propaganda, promoções e publicidade	26.768	23.430
Manutenção e conservação de bens	5.161	4.976
Taxas e emolumentos	5.935	8.696
Transporte	4.994	5.633
Viagens	3.323	4.191
Materiais de consumo	1.013	746
Outras	106.814	113.245
Total	1.760.789	2.082.773

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição à COFINS	125.368	160.168
Contribuição ao PIS	20.492	26.127
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	16.108	17.316
Impostos e taxas	6.784	13.831
Total	168.752	217.442

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**a) Outras receitas operacionais:**

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de encargos e despesas	209.186	137.151
Variação monetária ativa / cambial	67.611	77.476
Benefício residual em operações securitizadas	4.199	5.099
Reversão de provisões	13.313	14.243
Outras	26.847	27.617
Total	321.156	261.586

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2018	31/12/2017
Cessão de operações de crédito	1.296.240	1.268.734
Constituição de provisões	305.633	523.415
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	54.194	58.484
Variação monetária passiva / cambial	34.650	58.513
Amortização de ágio (Nota 15)	24.327	24.327
Gravames	19.539	18.714
Descontos concedidos	16.803	18.316
Outras	56.178	66.182
Total	1.807.564	2.036.685

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado na alienação de outros valores e bens	(31.327)	(8.790)
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	19.511	17.003
Impairment de ativos não financeiros	(10.035)	(39.417)
Resultado na alienação de investimento (1)	-	183.384
Outros	367	26
Total	(21.484)	152.206

(1) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A.

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)		769	1.150	-	-
Caixa Econômica Federal	01/01/2019	769	1.150	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		-	85.704	45.447	10.018
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	85.704	44.332	6.132
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	-	1.115	3.886
Cessão de crédito (c)		1.652.816	916.550	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.652.816	916.550	-	-
Outros créditos		10.352	39.691	-	1.269
Banco BTG Pactual S.A. (d)		-	-	-	1.269
Caixa Econômica Federal		5.858	33.886	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	4.470	5.783	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	22	-	-
Depósitos à vista (e)		(431)	(394)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(343)	(324)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(35)	(8)	-	-
Pessoal chave da Administração		(53)	(62)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)		(7.111.627)	(8.519.039)	(527.590)	(1.173.886)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2019	(95.000)	(400.058)	(5.310)	(79.069)
Caixa Econômica Federal	24/01/2019	(7.016.627)	(8.118.981)	(522.280)	(1.094.817)
Depósitos a prazo (g)		(47.683)	(53.021)	(3.751)	(4.053)
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	06/12/2021	(7.176)	(23.099)	(1.098)	(3.402)
Banco BTG Pactual S.A.	07/11/2022	(37.843)	(27.171)	(2.499)	(532)
Pessoal chave da Administração	03/03/2022	(2.664)	(2.751)	(154)	(119)
Obrigações por operações compromissadas		(79.999)	(900.119)	(1.396)	(36.981)
Banco BTG Pactual S.A.	-	(79.999)	-	(1.146)	(35.653)
Caixa Econômica Federal	02/01/2019	-	(900.119)	(250)	(1.328)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)		(8.434)	(84.260)	(1.857)	(10.625)
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(3.758)	(49.336)	(1.539)	(7.235)
Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(4.676)	(34.924)	(318)	(3.390)
Instrumentos financeiros derivativos (i)		77.959	(50.739)	72.413	57.296
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	77.959	(50.739)	72.413	57.296
Outras obrigações		(5.345)	(15.250)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(5.345)	(15.250)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)		-	-	48.042	63.417
Pan Seguros S.A.	-	-	-	45.828	63.417
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.214	-
Despesa de Pessoal		-	-	(271)	(292)

Pan Seguros S.A.	-	-	-	(271)	(292)
Outras despesas administrativas	-	-	-	(22.751)	(42.811)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(6.067)	(16.287)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(2.188)	(1.702)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(144)	(115)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.112)	(1.490)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(13.240)	(23.217)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários	-	-	-	-	102.500
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	-	-	-	102.500
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	1.807.570	2.859.668
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.807.570	2.859.668

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Valor decorrente da cessão realizada em 29/08/2017 (Nota 32a);

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,04% do CDI;

(i) Referem-se às operações de swap; e

(j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2018 foi aprovada a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2018, no montante de até R\$ 22.423 (R\$ 28.400 no exercício de 2017).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de honorários (Nota 24)	12.648	21.260
Contribuição ao INSS	2.846	4.784
Total	15.494	26.044

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de referência nível I	2.273.783	1.784.926
Capital Principal	2.273.783	1.784.926
Patrimônio de referência nível II	358.112	631.294
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.631.895	2.416.220
Patrimônio de referência	2.631.895	2.416.220
- Risco de crédito	16.104.846	15.583.707
- Risco de mercado	311.627	195.002
- Risco operacional	2.278.424	2.359.044
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.694.897	18.137.753
Índice de Basileia	14,08%	13,32%
Nível I	12,16%	9,84%
Nível II	1,92%	3,48%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2018

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(644)	(126.516)	(246.897)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(383)	(72.839)	(136.207)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(193)	(18.542)	(36.104)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(99)	(2.483)	(4.965)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(4)	(400)	(808)
Total em 31/12/2018		(1.323)	(220.780)	(424.981)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2018, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2018 e 31/12/2017.

Ativos – Dólar	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito (ACC/CCE)	61.150	140.212
Total Ativos	61.150	140.212

Passivos – Dólar	31/12/2018	31/12/2017
Dívida subordinada	1.790.563	1.585.191
Total Passivos	1.790.563	1.585.191

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.128.662	1.113.478	1.909.407	1.766.600
DDI	74.556	65.606	74.556	65.606
Opções	222	-	222	-
Total	1.203.440	1.179.084	1.984.185	1.832.206
Posição Vendida - Dólar				
Swap	25.568	22.343	25.735	22.802
DDI	95.563	151.990	95.563	151.990
DOL	24.240	29.053	24.240	29.053
Opções	67	-	67	-
Total	145.438	203.386	145.605	203.845

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.703.598	1.712.100	8.502	1.469.174	1.484.737	15.563
- Títulos para negociação	401.225	401.225	-	50.757	50.757	-
- Títulos disponíveis para venda	660.928	660.928	-	879.103	879.103	-
- Títulos mantidos até o vencimento	641.445	649.947	8.502	539.314	554.877	15.563
Operações de crédito	20.407.816	19.335.393	(1.072.423)	18.505.881	18.866.656	358.490
Depósitos interfinanceiros	7.463.438	7.411.443	51.995	8.730.148	8.731.510	(1.363)
Depósitos a prazo	9.247.468	10.762.081	(1.514.613)	4.990.589	6.555.017	(1.564.429)
Recursos de emissão de títulos	1.249.961	1.266.549	(16.588)	2.249.555	2.249.020	536
Dívidas subordinadas	1.978.132	1.977.240	892	1.774.995	1.781.134	(6.138)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(2.542.235)			(1.197.341)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2018 representava R\$ 62.714 (R\$ 67.010 no exercício findo em 31/12/2017).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	448.665	244.509
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(205.340)	(223.554)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	11.621	6.481
Cessão de crédito tributário	-	102.500
Outros valores	(33.431)	82.670
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(227.150)	(31.903)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.008.603	460.497	(542.169)	926.931
Provisão para contingências cíveis	129.478	63.430	(77.241)	115.667
Provisão para contingências trabalhistas	155.678	59.160	(102.031)	112.807
Provisão para contingências tributárias	9.270	2.160	(495)	10.935
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	11.397	23.402	(16.604)	18.195
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	13.379	38.668	(22.173)	29.874
Outras provisões	335.008	141.313	(234.714)	241.607
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.662.813	788.630	(995.427)	1.456.016
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.456.423	-	(6.219)	1.450.204
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.119.236	788.630	(1.001.646)	2.906.220
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(82.387)	(135)	121	(82.401)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.036.849	788.495	(1.001.525)	2.823.819

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/02/2019.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	721.155	-	5.958	-	727.113
2019	754.347	490.754	12.276	3.588	766.623	494.342
2020	440.678	396.083	73.059	19.076	513.737	415.159
2021	79.833	1.780	125.682	63.047	205.515	64.827
2022	56.816	4.217	110.441	124.653	167.257	128.870
2023	39.249	10.122	153.386	184.371	192.635	194.493
2024	32.902	10.122	163.831	208.223	196.733	218.345
2025	26.377	8.890	179.114	238.555	205.491	247.445
2026	8.407	5.196	192.726	295.489	201.133	300.685
2027	4.914	14.494	209.503	274.450	214.417	288.944
2028	12.493	-	191.210	-	203.703	-
Total	1.456.016	1.662.813	1.411.228	1.417.410	2.867.244	3.080.223

Em 31/12/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação totalizava R\$ 1.871.420 (R\$ 1.926.744 em 31/12/2017).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.976 (R\$ 39.013 em 31/12/2017), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396, sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 no Banco PAN e no Consolidado em 31/12/2018 e 31/12/2017 em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(3.977)	(135)	-	(4.112)
Superveniência de depreciação	(78.410)		121	(78.289)
Total (Nota 21a – 32b)	(82.387)	(135)	121	(82.401)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 295.430 em 31/12/2018 (R\$ 277.580 em 31/12/2017);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- g) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais); e
- h) A despeito da nova composição do capital social da Companhia, o controle compartilhado do Banco PAN não foi alterado de maneira que a Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) e o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) permanecem como co-controladores da Companhia, reforçando o compromisso em dar suporte ao Banco PAN na execução de seu plano de negócios.

Adicionalmente, conforme informado anteriormente pela Companhia, os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A. e controladas -

***Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido do controlador e dos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A. e controladas

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 1º de fevereiro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

Banco Pan S.A. e controladas

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Pan S.A. e controladas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2